

ABEE diz que meta de 25% de geração por fontes alternativas até 2020 é viável

É possível alcançar potência instalada de 10.000 MW de energia eólica, com até 2020, avalia Sérgio Marques

Daniilo Oliveira, da Agência CanalEnergia, Mercado Livre

02/08/2007

A Associação Brasileira de Energia Eólica avalia que é possível o Brasil atingir a meta de 25% de fontes alternativas na matriz energética até 2020. Segundo o vice-presidente da ABEE, Sérgio Marques, é "totalmente viável" para o país atender à demanda prevista no Projeto de Lei 523/2007 que cria uma política nacional de incentivo a fontes alternativas provenientes de combustíveis não fósseis. Marques acredita que o Brasil tem grande potencial eólico, de biomassa e de pequenas centrais hidrelétricas.

De acordo com o Marques, que é presidente da Bioenergy, o potencial de mercado para energia eólica é de 10.000 MW de potência instalada, o que corresponde a 4.000 MW médios firmes até 2020. "Pelo ânimo dos empreendedores de eólicas e se aplicarmos a lei de incentivos o quanto antes, a partir de 2010, conseguiremos, no mínimo, 1.000 MW por ano e com impacto ambiental mínimo", comentou o executivo.

Entretanto, o vice-presidente da ABEE se disse preocupado com uma possível não regulamentação da lei. Ele lembra que já existem leis de apoio às fontes alternativas, referindo-se à lei 10.438/2002, que criou o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e a Conta de Desenvolvimento Energético.

O executivo disse também que a Bioenergy, em particular, tem 510 MW aptos para serem comercializados e com fator de capacidade de 40%. Segundo ele, a energia poderia ser negociada em um leilão A-3, mas há dificuldade de se negociar a um preço viável, cerca de R\$ 200 por MW, na avaliação da Bioenergy.

O preço-teto dos produtos hídricos disponibilizados no leilão de energia A-3, ocorrido no mês passado era de R\$ 124 por MWh, enquanto o definido para produtos térmicos ficou em R\$ 140 por MWh.

Financiamento - Marques acredita que, no caso da energia eólica, o prazo de 25 anos para financiamento de empreendimentos é incerto. "Para eólicas, 25 anos é uma dúvida porque ainda não se conhece a vida útil dos equipamentos. Ainda não temos certeza desse horizonte, por isso o financiamento de 20 anos seria o prazo ideal", comentou.

O Projeto de Lei 523/2007, do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), estabelece a meta de 25% da produção de eletricidade gerada no país até 2020 proveniente de combustíveis não fósseis. O documento considera como energia alternativa o biocombustível, a biomassa, PCHs, a energia eólica e a energia solar térmica e fotovoltaica, porém exclui a energia nuclear. O projeto inclui ainda energia das marés, fontes termais subterrâneas, entre outras fontes não convencionais de geração fóssil.